



## EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: REFLEXÕES NECESSÁRIAS<sup>1</sup>

Sandra Maciel de Arruda Voos<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo tecer reflexões acerca de Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual e diz respeito à elaboração do estado da questão sobre o tema investigado. As buscas foram efetuadas na base de dados dos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, de 2016 a 2018. O critério adotado considerou os descritores: “Educação Inclusiva” e “Deficiência Intelectual”. Inicialmente foi feita uma busca simples pelos descritores com refinamento dos trabalhos revisados aos pares e posterior registro do período de busca entre 2016 a 2018. Excluímos os trabalhos repetidos e os que não abordavam a temática em questão, restando para análise 09 periódicos. Com base nos dados aqui levantados, compreendemos que a Educação Inclusiva por se apresentar como uma “ideia-força” e incluir vários significados que vão desde o simples aumento de atividades até a inclusão efetiva de pessoas com deficiência intelectual. A educação inclusiva e a deficiência intelectual têm sido pontos de grande preocupação de pais, professores e pesquisadores, entretanto, estes só se efetivarão se ocorrerem transformações estruturais no sistema educacional.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Deficiência Intelectual. Estado da questão.

**ABSTRACT:** This paper aims to reflect on Inclusive Education and Intellectual Disability and concerns the elaboration of the state of the issue on the subject investigated. The searches were carried out in the database of the Periodicals of the Coordination of Improvement of Higher Level Personnel - CAPES, from 2016 to 2018. The criterion adopted considered the descriptors: "Inclusive Education" and "Intellectual Disability". Initially a simple search was made for the descriptors with refinement of the works reviewed in pairs and later registration of the search period between 2016 and 2018. We excluded the repeated works and those that did not approach the subject matter, remaining for the analysis 09 periodicals. Based on the data collected here, we understand that Inclusive Education presents itself as a "strength idea" and includes several meanings ranging from the simple increase of activities to the effective inclusion of people with intellectual disabilities. Inclusive education and intellectual disability have been areas of great concern to parents, teachers and researchers, however, these will only take place if there are structural changes in the educational system.

**Keywords:** Inclusive Education. Intellectual Disability. State of the matter.

---

<sup>1</sup> **Submissão: 15 de maio de 2019 – Aceitação: 10 de junho de 2019**

<sup>2</sup> Pedagoga, mestranda junto à Universidade Fernando Pessoa - Porto – Portugal.

## INTRODUÇÃO

A construção do estado da questão sobre esses termos teve como objetivo buscar a relação entre Educação inclusiva e Deficiência intelectual. A metodologia adotada foi a de um estudo sobre o “estado da questão”, na base de dados dos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, disponível em <http://www.periodicos.capes.gov.br>, no período de 2016 a 2018. O “estado da questão” possibilita que os pesquisadores possam registrar seu percurso metodológico para o levantamento bibliográfico sobre seu tema ou o objeto de pesquisa no estado atual da ciência. Consoante aos escritos de Nóbrega-Therrien e Therrien, o Estado da Questão (EQ) tem por finalidade:

[...] levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance. Trata-se do momento por excelência que resulta na definição do objeto específico da investigação, dos objetivos da pesquisa, em suma, da delimitação do problema específico de pesquisa. (2010, p. 02)

Assim colocado, esse processo pode ser confundido com Estado da Arte ou com Revisão Bibliográfica. Entretanto, conforme destacam os autores, trata-se de um estudo efetivado pelo pesquisador para encontrar e esclarecer seu objeto de pesquisa. A construção do estado da questão potencializa reflexões sobre determinado tema, tornando-o relevante para o conhecimento científico, como o caso aqui apresentado.

Considera-se que o termo Educação Inclusiva está sendo muito utilizado atualmente em estudos e leis aplicadas a educação. Sobre o cenário legal, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) evidencia em seu art. 208, III, que o Atendimento Educacional Especializado- AEE as pessoas com deficiência devem acontecer preferencialmente na rede regular de ensino, também neste contexto temos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) que orienta que estados e municípios transformem seus sistemas educacionais, de modo que se tornem mais inclusivos.

De acordo com Pletsch (2010), implementar políticas de inclusão escolar é uma árdua tarefa que precisa ser enfrentada além do aspecto social, tendo como cerne a garantia de práticas curriculares e processos de ensino que possibilitem o real desenvolvimento de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Assim sendo, surge a necessidade de investigar como a inclusão se dá de forma efetiva no setor educacional, social e suas fragilidades perante a obrigatoriedade de leis inclusivas que podem ser encontradas na literatura atual existente. Cabe aqui ressaltar que dentro da Educação Inclusiva

# Revista Gepesvida/2019

---

encontramos diversos tipos de deficiências que deverão por sua vez ser trabalhadas dentro de suas especificidades.

O Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa com deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Sendo esse, o diploma normativo que define e caracteriza a pessoa com deficiência. Segundo este decreto, é considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental e deficiência múltipla. (BRASIL, 1999).

Por se tratar de uma gama enorme de deficiências, vamos aqui focar apenas na pessoa com deficiência intelectual/mental, pois dentro desta deficiência encontramos vários obstáculos para uma inclusão de sucesso. Mendes, Vilaronga and Zerbatto (2014) destacam que o ensino desses alunos em turmas comuns tem sido um desafio para professores, pois o trabalho com a diferença exige uma prática que contemple a diversidade de ritmos e estilos de aprendizagem.

Por sua vez, nos ocorre pensar em como o professor de classes regulares irá atuar de maneira interativa com tantos desafios? Não deixando de lembrar que ainda existe um currículo comum a ser realizado o que nos faz pensar em qualificações e aprofundamentos cada dia mais complexo para os profissionais que atuam dentro deste contexto? Cabe a quem proporcionar tal aperfeiçoamento?

O Decreto n. 7.611/2011 também previu apoio técnico e financeiro pela União aos sistemas públicos de ensino, por meio de formação continuada de professores [...] (BRASIL 2011). Sendo assim, podemos assegurar que é dever do estado a capacitação dos profissionais para o sucesso da inclusão escolar, mas não impede que busquemos constantemente esta atualização de conhecimentos.

## **METODOLOGIA**

Com a finalidade de observarmos o tratamento dado ao assunto no campo da produção acadêmica nos últimos dois anos, fizemos um levantamento das produções existentes em documentos de domínio público, por periódicos relacionados ao tema investigado. As buscas foram efetuadas na base de dados dos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, de 2016 a 2018.

A escolha do banco de dados se deu por se tratar de uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional.

# Revista Gepesvida/2019

Inicialmente foi feita uma busca simples pelos descritores Educação inclusiva e Deficiência intelectual, com os resultados do processo de refinamento inicial de 103 artigos que relacionam os termos definidos para esse estado da questão conforme apresentado no quadro abaixo.

Em seguida a busca foi refinada a partir dos periódicos revisados por pares configurando 53 artigos sobre o tema em questão. Selecionamos ainda o período entre 2016 a 2018 para verificar quantos artigos sobre Educação inclusiva e Deficiência intelectual resultando 18 artigos. E, finalmente buscamos selecionar os artigos em língua portuguesa com o resultado final de 09 artigos que serão analisados para a discussão cujo objetivo foi realizar um estudo acerca da Educação inclusiva e Deficiência intelectual.

**Quadro 1 – Processo de refinamento de busca dos periódicos Capes**

Descritores	Resultado inicial	Periódicos revisados aos pares	2016-2018	Artigos em português
Educação inclusiva E Deficiência intelectual	103	53	18	09

Acesso em: 28 de julho de 2018

A construção do estado da questão sobre os termos se fez de extrema importância pois possibilitou uma maior aproximação do objeto de pesquisa, permitindo mais clareza sobre conceitos e abertura de novas possibilidades de questionamentos. De acordo com Nóbrega-Therrien e Therrien (2004), esse processo indica a busca realizada pelo pesquisador sobre como se encontra “o tema de sua investigação no estado atual da ciência”. Dessa forma, é possível identificar categorias de análise, rever objetivos, construir reflexões acerca do tema abordado e principalmente, refletir sobre as contribuições da pesquisa em andamento para que esta possa se tornar relevante para o conhecimento científico.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS PERIÓDICOS

Em meio a essa construção alguns artigos foram examinados tendo em vista a pertinência dos mesmos para a conceituação que buscamos.

# Revista Gepesvida/2019

**Quadro 2 – Periódicos selecionados para análise**

<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Natureza/Título</b>
Vanessa Cabral da Silva Pinheiro e Cristina Angélica de Aquino Carvalho Mascaro	2016	A Bidocencia Como Uma Proposta Inclusiva
É. G. Amorim, O. M. Medeiros Neta e J. Guimarães	2016	A Deficiência Em Foco Nos Currículos De Graduação Da Ufrn: Uma Abordagem Histórica (1960-2015)
Elisa Tomoe Moriya Schlunzen , Junior Klaus Schlunzen , Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos, Olga Lyda Anglas Rosales Tarumoto e Mario Hissamitsu Tarumoto	2016	Mediação Pedagógica On-Line Em Educação Inclusiva
Analice Valdman de Miranda,e José Luis Felicio Carvalho	2016	Inclusão profissional de pessoas com deficiências: um estudo sobre as políticas e práticas adotadas por empresas do setor de óleo e gás do Estado do Rio de Janeiro
Márcia Denise Pletsch, Daniele Francisco de Araújo e Marcela Francis Costa Lima	2017	Experiências De Formação Continuada De Professores: Possibilidades Para Efetivar A Inclusão Escolar De Alunos Com Deficiência Intelectual
Barbara Amaral Martins, Ketilin Mayra Pedro, Clarissa Maria Marques Ogeda, Rosilaine Cristina Silva, Fabiana de Oliveira Koga e Miguel Claudio Moriel Chacon	2016	Altas Habilidades/Superdotação: Estudos No Brasil
Nerli Nonato Ribeiro Mori	2016	Psicologia e educação inclusiva: ensino, aprendizagem e desenvolvimento de alunos com transtornos
María Victoria Martín Cilleros Maria Cruz Sánchez Gómez	2016	Análisis cualitativo de tópicos vinculados a la calidad de vida en personas con discapacidad
Oliveira Barros, Alina Lúcia; Oliveira Barros, Amanda; de Medeiros Barros, Geni Leda; Botti Rodrigues Santos, Maria Teresa	2017	Sobrecarga dos cuidadores de crianças e adolescentes com Síndrome de Down

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

O primeiro artigo A Bidocencia Como Uma Proposta Inclusiva, fundamenta-se pelo viés da integração entre as duas áreas da educação,” [...] uma estratégia que tem como princípio a parceria entre os professores da classe comum e da educação especial.” (Bidocencia). A experiência da bidocencia foi realizada em uma escola da rede estadual do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro.

Esta proposta acaba por ser um grande ganho para o processo de inclusão, pois assim teremos a experiência e conhecimento do professor de educação especial junto a prática e conhecimento do professor do ensino comum. A proposta da bidocencia que estimula a troca de experiências, estudo de caso e o acompanhamento da Sala de Recursos Multifuncionais no turno inverso ao da escolarização, proporciona a interação do aluno especial tanto em sua socialização, quanto ao trabalho relacionado às suas necessidades e especificidades. Ressaltamos as palavras de Glat e Blanco (2009)

# Revista Gepesvida/2019

---

que afirmam que a entrada de alunos atendidos pelo ensino especial não deve ser vista como uma diluição de serviços e sim a continuidade desta rede de apoio especializado incluindo a formação inicial e continuada de professores especialistas.

A educação inclusiva necessita ser concebida e colocada em prática tendo como base uma epistemologia que entenda a diversidade de ritmos e estilos de aprendizagem do ser humano, e não apenas como conjunto de regras, tratados e leis. Cabe aqui ressaltar que uma escola inclusiva não depende somente do professor e sim de toda a comunidade escolar, esta experiência em difundir os dois setores da educação acaba por expandir o conhecimento e disseminar a importância que envolve a inclusão e todos os comprometimentos para o sucesso da proposta.

O segundo artigo intitulado *A Deficiência Em Foco Nos Currículos De Graduação Da Ufrn: Uma Abordagem Histórica (1960-2015)*, mostra a importância da formação do professor para o sucesso da educação inclusiva, realiza um estudo histórico que mostra uma visão geral dos últimos 50 anos de inclusão da pessoa com deficiência e sua evolução. O artigo retoma o histórico da deficiência através de paradigmas como: exclusão e segregação social, seguido pela integração social ou de serviços e por último, o paradigma da inclusão social ou de suporte.

Com a evolução dos tempos os paradigmas foram se alterando e com ele a denominação para a pessoas com deficiência também, de portador de deficiência, excepcional, pessoa com incapacidade e várias outras nomenclaturas, ainda hoje não se sabe ao certo como se referir a “pessoa com deficiência”, este último termo agora empregado pela ONU.

Após este breve estudo histórico do conceito da deficiência, entramos agora na evolução das leis que amparam as pessoas deficientes, “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.” (BRASIL, 2009 [ONU, 2007]).

O artigo *Mediação Pedagógica On-line Em Educação Inclusiva*, são descritas as ações que caracterizaram o processo de mediação pedagógica realizado por Tutores Online vinculados ao Polo São Paulo, nos mostra a proposta de um novo curso a distância.

Apresenta seus módulos, disciplinas e carga horária, por não se tratar do alvo de nossa pesquisa o consideramos irrelevante neste contexto, pois buscamos aqui estabelecer mais informações ao processo de Inclusão escolar da pessoa com deficiência intelectual.

O quarto artigo é intitulado *Inclusão profissional de pessoas com deficiências: um estudo sobre as políticas e práticas adotadas por empresas do setor de óleo e gás do Estado do Rio de Janeiro*.

# Revista Gepesvida/2019

---

Nos traz agora a importância de leis de inclusão no mercado de trabalho, um direito inerente a pessoa com deficiência assim como o direito a inclusão educacional e social. As principais legislações desenvolvidas para garantir acesso ao mercado de trabalho às pessoas com deficiências envolvem o estabelecimento de cotas no setor privado – Lei nº8.213 de1991 (BRASIL, 1991) – e a reserva de vagas nos concursos públicos – Lei nº8.122 de 1990 (BRASIL, 1990).

Garcia (2014) observa que o Artigo 93 da Lei nº8.213 de1991 é usualmente conhecido como Lei de Cotas, conforme esta lei, a empresa com 100 ou mais funcionários é obrigada a preencher de 2% a 5% de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência e as proporções crescem à medida que aumenta o quadro funcional. No entanto, apenas em 1999, com a edição do Decreto Federal nº3.298(BRASIL, 1999), foram definitivamente regulamentadas tanto as vagas nos concursos públicos quanto as cotas no setor privado. (texto retirado do quarto artigo)

Esta obrigatoriedade por vezes torna a inclusão ao mundo do mercado de trabalho ineficiente, pois a concepção do emprego como importante fator de inclusão social por intermédio da ampla adaptação das empresas, vai de encontro ao atual cenário de despreparo e desorganizações produtivas para receber em seus quadros profissionais com deficiências.

O quinto artigo, Experiências De Formação Continuada De Professores: Possibilidades Para Efetivar A Inclusão Escolar De Alunos Com Deficiência Intelectual.Trata-se de uma análise qualitativa de um Programa de Formação Continuada pelo Grupo de Pesquisa Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (ObEE/UFRRJ), realizado no ano de 2015. Através de estudos foi constatado que mais da metade dos alunos da Educação Especial matriculados (incluídos) em classes comuns da Educação Básica é constituída por pessoas que apresentam deficiência intelectual. Segundo Mendes et al (2016) “além de ser o maior contingente do alunado, o fato da natureza do déficit ser na área cognitiva, fazem com que dos alunos do público-alvo da Educação Especial, esses alunos são os que causam mais dúvidas e desafios ao espaço educacional” (p.51). Com esta análise verificamos que a inclusão proposta em lei teve seus objetivos sem amparo, pois o foco para o sucesso da inclusão está na preparação destes profissionais envolvidos (professores), sendo a formação continuada ofertada pelo estado e sua prioridade para a efetivação da inclusão educacional e social.

Portanto, para que possibilitem aos alunos com deficiência intelectual desenvolver novas formas de funcionamento mental, as atividades escolares devem priorizar o ensino dos conceitos, seus significados e sentidos. A este respeito, cabe dizer, que além da falta de conhecimento dos docentes, suas práticas também podem ser comprometidas pela escassez de formação continuada, inexistência do trabalho colaborativo aliada a longas jornadas de trabalho e a má remuneração, entre outros fatores



# Revista Gepesvida/2019

---

(LIMA, 2017).

No artigo seguinte *Altas Habilidades/Superdotação: Estudos No Brasil*, realizou uma pesquisa sobre dissertações e teses segundo o ano de publicação, que teve um intervalo temporal de 27 anos (1987 a 2014). Este estudo nos mostra que a porcentagem de estudantes identificados é mínima, tornando os alunos com altas habilidades e superdotação (AH/SD) completamente invisíveis no contexto escolar.

Segundo Cupertino (1998, p. 12), “os superdotados estão escondidos nas salas de aula comuns, como se seus talentos fossem invisíveis”.

Diante dos dados analisados, percebemos que embora o número de publicações tenha aumentado substancialmente nos últimos anos, esse assunto ainda é incipiente frente ao número de publicações de outras áreas e a demanda de trabalho que estudantes com AH/SD requerem para que sejam identificados e atendidos de maneira a promover um ensino equitativo. O que se refere também a capacitação das pessoas envolvidas no processo ensino/aprendizagem, para que estas pessoas possam desenvolver suas habilidades na íntegra.

No artigo *Psicologia e educação inclusiva: ensino, aprendizagem e desenvolvimento de alunos com transtornos*. Trata-se de uma pesquisa teórica, estabelecendo uma relação entre psicologia, educação e inclusão, que tem como público alvo as pessoas com transtornos globais de desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação (AH/SD). Tendo como objetivo discutir a educação inclusiva de alunos com transtornos, focando em aspectos relacionados ao ensino, à aprendizagem e ao desenvolvimento na interface psicologia e educação, traçando um panorama histórico desse processo e estabelecendo relações com a educação inclusiva. Perpassa pelas nomenclaturas usadas para definir o espectro autista, encontrando a dificuldade em se obter uma definição de autismo através de um diagnóstico e um afastamento do conceito inicial ligado à esquizofrenia e psicose.

Por tratar-se de um comportamento atípico surge novamente a capacitação das pessoas ao seu redor, tanto na área da educação quanto no envolvimento familiar e social, pois precisam de uma educação humanizadora, pautada em leis gerais do desenvolvimento, mas reconhecendo as singularidades na organização psicológica das crianças especiais.

O próximo artigo *Análisis cualitativo de tópicos vinculados a la calidad de vida en personas con discapacidad*, em um debate online entre Salamanca (Espanha) e Castelo Branco (Portugal), reflete as opiniões relacionadas com a deficiência em determinados temas de qualidade de vida, onde as práticas em comum de inclusão que estavam sendo realizadas nos dois locais foram expostas.



# Revista Gepesvida/2019

---

Na Universidade de Salamanca, entre uma das responsabilidades que tem com a sociedade, está promover o engajamento e participação responsável ativa na defesa e luta por diversidade e direitos humanos, pois mesmo com o empoderamento das pessoas com deficiência, reconhecimento dos seus direitos e consolidação de parcerias eles encontram obstáculos como a crise financeira e política, globalização, ausência ou fraqueza de valores, a cultura do imediatismo e a fragilidade do estado de bem-estar social.

Diante da inclusão e independente de obstáculos, é preciso prestar especial atenção ao treinamento dos futuros profissionais, com base em todos os graus acadêmicos com uma dedicação especial para a diversidade humana. Segundo as orientações do Espaço Europeu da Educação Superior, o futuro profissional deve ser capaz de assumir pelo menos os seguintes papéis de aprendiz: aprendiz autônomo e estratégico, aprendiz em uma comunidade, aprendiz de novas tecnologias; aprendiz disposto a assumir mobilidade e diversidade, aprendiz criativo, crítico e reflexivo para que, acrescentem suas habilidades de compartilhamento de conhecimento e compreendam a importância do ouvir e saber como abordar a pessoa com deficiência

No último artigo: Sobrecarga dos cuidadores de crianças e adolescentes com Síndrome de Down, a mais frequente das cromossomopatias resultante da trissomia do cromossomo 21, a análise dos dados foi constituída por meio de pesquisas realizada com 84 cuidadores primários de crianças/adolescentes com SD de 0 a 21 anos (grupo estudo), assistidas na Unidade de Odontologia para Pacientes Especiais vinculada ao HU da UFS, localizado em Aracaju e considerado serviço de referência no estado de Sergipe (SE).

Das mudanças ocorridas na família contemporânea, a diferença de papéis entre homens e mulheres ainda é uma realidade, sobretudo no que se refere às famílias com menor poder aquisitivo. O perfil dos cuidadores de crianças/adolescentes com SD são mães, na faixa entre 41-60 anos, com união estável, sem ocupação laboral, de baixa renda per capita e nível de escolaridade, com formação religiosa católica, com problema de saúde e em uso contínuo de medicação. Sendo a sobrecarga destes cuidadores predominantemente moderada. As crianças/adolescentes com SD frequentam escola, recebem benefício social e dependem de seus cuidadores para realização de atividades de vida diária.

## **CONCLUINDO PROVISORIAMENTE A REFLEXÃO**

A análise dos artigos encontrados configurou uma pequena amostra para refletirmos sobre a importância da capacitação dos profissionais envolvidos diretamente com o sucesso da inclusão e

# Revista Gepesvida/2019

---

suas práticas. Para além de constatarmos a ineficiência da oferta de capacitação de professores também se peca na falta efetiva de uma avaliação, aquela capaz de formar a base para o diagnóstico das dificuldades encontradas para o efetivo processo de ensino e aprendizagem em tal contexto. Outro ponto de destaque é a escassez da oferta de formação continuada e a inexistência do trabalho colaborativo.

A importância da inclusão não se questiona, mas a forma como está sendo realizada e falta de integração entre os setores de educação formal e especial, não pode ser ignorada. Não se pode buscar a inclusão de forma independente da busca do conhecimento, da troca e da parceria que, dentro de suas especificidades, se tornam a chave para que possamos abrir as portas da educação inclusiva. A avaliação, realizada por profissionais da área da saúde, das pessoas com deficiência torna-se o ponto de partida para que possamos conhecer nossos alunos e assim ajudá-los a compreender suas limitações e a buscar suas superações, sem igualar as deficiências ou se esquecer do ser humano e suas capacidades diferenciadas. Antes de tudo, o professor precisa estar mais aberto para reaprender a educar, ensinar e amar. A educação inclusiva e a deficiência intelectual têm sido pontos de grande preocupação de pais, professores e pesquisadores, entretanto, estes só se efetivarão se ocorrerem transformações estruturais no sistema educacional.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Casa Civil 2014. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 30 jun. 2016.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2018

PINHEIRO, Vanessa Cabral da Silva & MASCARO, Cristina Angélica de Aquino Carvalho. **A Bidocencia Como Uma Proposta Inclusiva.** In *Journal of Research in Special Educational Needs*, Vol. 16, Number s1, 2016 37–40 [periódico revisado por pares]

AMORIM, Medeiros Neta; GUIMARÃES. **A Deficiência Em Foco Nos Currículos De Graduação Da Ufrn: Uma Abordagem Histórica (1960-2015)**

HOLOS, Ano 32, Vol. 2 (2016) [periódico revisado por pares]

SCHLUNZEN, Elisa Tomoe; MORIYA, Schlunzen Junior Klaus; SANTOS, Danielle Aparecida do

# Revista Gepesvida/2019

---

- Nascimento dos; TARUMOTO, Olga Lyda Anglas Rosales & TARUMOTO, Mario Hissamitsu. **Mediação Pedagógica On-Line Em Educação Inclusiva** in Journal of Research in Special Educational Needs, Vol. 16, Number s1, 2016, pp. 713–718 [periódico revisado por pares]
- MIRANDA, Analice Valdman de; CARVALHO, José Luis Felicio. **Inclusão profissional de pessoas com deficiências: um estudo sobre as políticas e práticas adotadas por empresas do setor de óleo e gás do Estado do Rio de Janeiro.** REGE - Revista de Gestão 23 (2016), pp. 186–196 [periódico revisado por pares]
- PLETSCH, Márcia Denise; ARAÚJO, Daniele Francisco de; LIMA, Marcela Francis Costa **Experiências De Formação Continuada De Professores: Possibilidades Para Efetivar A Inclusão Escolar De Alunos Com Deficiência Intelectual.** Periferia, Educação Cultura e Comunicação, vol.9 n.1 jan-jun 2017. [periódico revisado por pares]
- MARTINS, Barbara Amaral; PEDRO, Ketilin Mayra; OGEDA, Clarissa Maria Marques; SILVA, Rosilaine Cristina; KOGA, Fabiana de Oliveira; CHACON, Miguel Claudio Moriel. **Altas Habilidades/Superdotação: Estudos No Brasil.** Journal of Research in Special Educational Needs, Vol. 16, Number 1, 2016, pp. 135–139. [periódico revisado por pares]
- MORI, Nerli Nonato Ribeiro. **Psicologia e educação inclusiva: ensino, aprendizagem e desenvolvimento de alunos com transtornos.** Acta Scientiarum, Education Maringá, vol. 38, n. 1, Jan.-Mar., 2016 pp. 51-59 [periódico revisado por pares]
- CILLEROS, María Victoria Martín; GÓMEZ, Maria Cruz Sánchez. **Análisis Cualitativo** Ciência & Saúde Coletiva, 21(8), pp. 2365-2374, 2016 [periódico revisado por pares]
- BARROS, Alina Lúcia Oliveira; BARROS, Amanda Oliveira; BARROS, Geni Leda de Medeiros; SANTOS, Maria Teresa Botti Rodrigues. **Sobrecarga dos Cuidadores de Crianças e Adolescentes com Síndrome de Down.** Ciência & Saúde Coletiva, vol. 22, núm. 11, nov., 2017, pp. 3625-3634 [p